

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 490.170 - SP (2019/0018862-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**REQUERENTE** : ALEXANDRE DAIUTO LEO NOAL E OUTROS  
**ADVOGADOS** : SYLAS KOK RIBEIRO - SP138414  
LAURA GASPARIAN TKACZ - SP408685  
ALEXANDRE DAIUTO LEO NOAL - SP0251410  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : NEWTON SALIM SOARES

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração formulado por NEWTON SALIM SOARES contra decisão monocrática que indeferiu a medida liminar pleiteada (e-STJ fls. 231/232).

Sustenta o impetrante que, conforme exposto na inicial, a peça acusatória é manifestamente inepta, pois não delimita a conduta criminosa e não descreve de forma individualizada que o paciente teria suprimido o ICMS e praticado a fraude à fiscalização tributária.

Aduz que a denúncia traz qualquer elemento concreto que o vincule aos fatos, limitando-se ao exercício da presunção pelo cargo que ocupava na empresa à época dos fatos.

Ressalta, também, que ação penal em tela carece de justa causa, visto que a exigência tributária estaria sendo discutida no Juízo Cível, nos autos de Embargos à Execução n. 0005008-78.2011.8.26.0484, e, portanto, qualquer um dos dos possíveis desfechos da execução fiscal extinguirá o caso criminal, retirando completamente a tipicidade dos fatos aqui tratados.

Afirma que o *periculum in mora* se verifica no risco da ação penal ser julgada, uma vez que a instrução foi encerrada no último dia 31/1/2019, com a oitiva da última testemunha de acusação.

Requer a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar para que seja determinada a suspensão da Ação Penal Originária n. 0002114-95.2012.8.26.0484, até o julgamento do mérito deste *habeas corpus*.

É o relatório. **Decido.**

O pedido de reconsideração não pode ser atendido, uma vez que, em juízo de cognição sumária, não vislumbro o *fumus boni iuris* do pedido.

Assevero que, no juízo cognitivo próprio da liminar, não visualizo manifesto constrangimento ilegal praticado pelas instâncias ordinárias. Esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que "*A existência de embargos à execução que objetivam a discussão de débito fiscal não impede o prosseguimento de persecução penal voltada à apuração de crime contra a ordem tributária ante a independência das instâncias, conforme orientação firmada pelo STJ e STF.*" (HC 351.718/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 30/10/2018).

Ademais, quanto à possível inépcia da denúncia, esta Corte possui entendimento no sentido de que "*Nos chamados crimes societários, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa, caso em que se consideram preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal.*" (HC 368.766/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 25/10/2016).

Reserva-se, portanto, ao Colegiado, órgão competente para o julgamento do *mandamus*, a apreciação definitiva da matéria.

Ante o exposto, **INDEFIRO o pedido de reconsideração.**

Reitere-se o pedido de informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau sobre o alegado na presente impetração.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para  
parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

